



TERMO DE REFERÊNCIA

IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO BAIRRO PETRÓPOLIS – SES PENA BRANCA

1. OBJETO

Contratação de empresa para **Implantação de Redes de Esgotamento Sanitário do Tipo Separador Absoluto e Execução das Ligações Prediais, com fornecimento parcial de materiais, no Bairro Petrópolis - SES Pena Branca**, com extensão total de 8.286 metros.

2. FINALIDADE

Esta obra visa, de forma direta e indireta **a conservação dos recursos naturais da região** e do Município de Caxias do Sul com a coleta dos esgotos sanitários gerados no Bairro Petrópolis, direcionar estes efluentes para os Coletores do SES Pena Branca e posterior tratamento na Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Pena Branca. Para isto foi projetado a execução de redes coletoras na região indicada nas peças gráficas do Projeto, onde há possibilidade de implantação e funcionamento do sistema apenas por gravidade, isto é, sem necessidade de Estações de Bombeamento.

3. JUSTIFICATIVA

A contratação da obra faz parte do planejamento de ampliação das redes coletoras no município. Após a inauguração das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) Tega, Pinhal, Belo, Pena Branca e Samuara, o SAMA E começou a estudar a possibilidade de desativação de Sistemas Locais de Tratamento de Esgoto (SLTE) e **ampliação das áreas de abrangência com rede de esgoto do tipo separador absoluto** disponível. Estas atividades tem o objetivo de evoluirmos no percentual de esgoto tratado pelas nossas ETEs, reduzir custos com manutenção e operação dos SLTE, e disponibilizar a um número cada vez maior de domicílios a possibilidade de ter o esgoto sanitário ligado diretamente às redes coletoras do SAMA E. Também deve ser considerado o atendimento do Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentarias, e as metas que buscamos atingir.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para realização dos serviços é de até 360 (trezentos e sessenta) dias contados da emissão da Ordem de Início de Serviços, que será emitida em até 15 (quinze) dias após a publicação do Contrato, conforme definido no cronograma físico-financeiro.

A proponente terá prazo de 25 (vinte cinco) dias, a contar da publicação do Contrato, para apresentar:

- Cópia das ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) referente à execução dos serviços e comprovante de pagamento da respectiva taxa junto ao CREA.
- Cópia de documento de abertura de matrícula CNO junto à Receita Federal.

O cronograma físico-financeiro, que obrigatoriamente fará parte integrante da proposta da Licitante, deverá prever parcelas mensais. Os pagamentos somente ocorrerão após o início da obra, de acordo com os procedimentos descritos no Edital de Licitação ou definidos pela Divisão Financeira do SAMAE.

As proponentes deverão indicar obrigatoriamente o prazo de execução dos serviços em dias corridos, que não poderá exceder a 360 (trezentos e sessenta) dias.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A medição dos serviços e a apuração dos quantitativos terão os critérios previstos nas especificações técnicas dos projetos (em anexo) e deve estar previsto na planilha de orçamento.

Ao final de cada período de no mínimo 30 dias, a contratada apresentará o boletim de medição prévia dos serviços efetivamente executados, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

A fiscalização terá 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, em parte ou no todo, a medição prévia, bem como para avaliar as atividades executadas.

No caso de reapresentação de medição rejeitada pela fiscalização, está terá 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da reapresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, em parte ou no todo, a medição prévia relatada pela contratada, bem como para avaliar as atividades executadas.

A aprovação da medição prévia, apresentada pela contratada, não a exime de quaisquer responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

Após a aprovação, a contratada emitirá nota fiscal/fatura, no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

O pagamento somente será efetuado após a liberação da nota/fatura apresentada pela contratada, referente aos serviços efetivamente executados e dos demais documentos listados anteriormente.

O prazo do pagamento, após o aceite da nota fiscal, pela fiscalização, será determinado pela Divisão Financeira do SAMAE, estando esta informação expressa em documento anexo a este termo de referência. O pagamento da última fatura, correspondente à última medição, somente será efetuado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme descrito no item 13.

6. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS MATERIAIS OU DOS SERVIÇOS

Conforme Projeto Básico, composto por:

- Memorial Descritivo e Dimensionamento;
- Especificações Técnicas;
- Planilhas de quantitativos e Dados dos Poços de Visita;
- Orçamento, Composições e Cronograma Estimado.
- Peças Gráficas;

7. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá apresentar A.R.T. registrada no CREA, comprovando a responsabilidade técnica de profissional habilitado, junto com documento de vínculo do mesmo com a CONTRATADA em relação a presente obra. Na A.R.T. deverá constar indicação dos dados do Contrato.

Deverá manter um diário de obra onde serão devidamente assentadas as ocorrências que sejam consideradas necessárias pela CONTRATADA ou pela FISCALIZAÇÃO, tais como consultas, modificações, esclarecimentos, estado de tempo, prazo decorrido, equipamentos e mão-de-obra alocados, entre outros.

Será responsável pelo alojamento, alimentação, transporte, encargos sociais, trabalhistas, impostos, seguros, assistência médica e social, equipamentos de proteção, tais como luvas, capas, botas, capacetes, máscaras e quaisquer outros necessários à segurança pessoal, e outros encargos pertinentes à manutenção de seus funcionários.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer, incentivar e obrigar a utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivos por todos os seus empregados nas frentes de trabalho.

Os procedimentos de transporte e o carregamento de explosivos, bem como as detonações devem estar de acordo com as exigências da Legislação Municipal, da Secretaria de Segurança Pública, do Exército, e das condições técnicas limítrofes de vibração de solo e intensidade sonora.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços executados por seus empregados ou subcontratados, aos serviços de utilidade pública e privados, e deverá fazer face ao custo de todos os reparos por tais danos.

Caberá exclusivamente à CONTRATADA, indenização por danos físicos ou pela morte acidental de qualquer pessoa, bem como pelos danos materiais às propriedades públicas e privadas a que der causa.

Deverá chamar a FISCALIZAÇÃO com antecedência razoável sempre que houver necessidade. Qualquer alteração necessária no projeto deverá ser feita de comum acordo com a FISCALIZAÇÃO, e devidamente documentada.

Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela FISCALIZAÇÃO serão refeitos, correndo as despesas por conta única e exclusiva da empresa CONTRATADA.

A CONTRATADA é responsável pela guarda, operação e manutenção de todos os veículos, equipamentos, ferramentas, aparelhos e instrumentos de sua propriedade, necessários à execução das obras.

8. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

A contratada deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, um Cronograma de Execução da obra, para a aprovação da FISCALIZAÇÃO e, compatibilizado com o mesmo, um plano de execução dos serviços, esquematizando o desenvolvimento das diversas etapas da obra.

9. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS – CNO/CREA/ATESTADOS/LAUDOS/ BOLETINS/ ETC.

Para o certame licitatório, as Proponentes participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

A) Certificado de registro da empresa no CREA.

A proponente deverá comprovar que possui registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em vigor, na data de abertura da licitação.

B) Atestado de qualificação do Responsável Técnico

Comprovação de aptidão por meio de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro, na entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico, de nível superior, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico, CAT(s), para os emitidos a partir de 05/2005, conforme artigo 30, inciso II, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666/1995, que tenha sido contratado para a execução de obras similares (redes de esgoto sanitário ou pluvial), em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser de obra(s) já concluída(s) e deverá(ão) constar discriminadamente os serviços componentes da(s) obra(s) e seus quantitativos, em particular os itens de maior relevância;

C) Atestado (s) de Capacidade Técnico-Operacional

Comprovação de aptidão por meio de atestados fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove ter a proponente realizado obras e serviços similares (redes de esgoto sanitário ou pluvial), em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços. No(s) atestado(s) deverá(ão) constar discriminadamente os serviços componentes da(s) obra(s) e seus quantitativos, em particular os itens de maior relevância, sendo que os atestados deverão ser de obras já concluídas, conforme artigo 30, da Lei Federal n.º 8.666/1993;

Itens de maior relevância

Para atendimento dos itens **B)** e **C)**, serão consideradas aptas as empresas que comprovarem, a quantidade mínima especificada nos itens considerados de maior relevância na obra, listados abaixo. A análise será feita por item, considerando-se sempre a quantidade mínima apontada para cada item, podendo estar os itens em um único atestado ou cada item poderá ser apresentado em atestados distintos. A análise quantitativa será feita nos seguintes itens:

- a) Escavação de valas em material de 1ª ou 2ª categoria (solo), com quantidade de no mínimo 3.000m³, a ser comprovada em uma única obra;
- b) Escavação de valas em material de 3ª categoria (rocha) **com uso de explosivo**, com quantidade de no mínimo 700 m³, a ser comprovada em uma única obra;
- c) Execução de reaterro mecanizado de valas com quantidade de no mínimo 3.000m³, a ser comprovado em uma única obra;
- d) Assentamento de tubulação de PVC, Ferro Fundido, PVC Defoyo, PVCO, PEAD para rede coletora de esgoto, com diâmetro mínimo de 150mm, com quantidade de mínima de 4.000 metros, a ser comprovada em uma única obra;
- e) Recomposição/execução de pavimento tipo paralelepípedo, com quantidade de no mínimo 5.000m², a ser comprovada em uma única obra;

Declarações referentes à qualificação profissional e disponibilidade de equipamentos

- A proponente deverá apresentar **declaração**, assinada pelo seu responsável legal, de que referido profissional, detentor do atestado de capacidade técnico-profissional, citado no item B), integrará o quadro permanente da proponente, na data prevista para a assinatura do Contrato, e que este participará da obra/serviço, objeto desta licitação;
- Deverá apresentar **Termo de Compromisso da Proponente** de que o responsável técnico detentor dos atestados apresentados ou outro técnico de nível superior (engenheiro residente, com formação em engenharia civil ou outra profissão habilitada e reconhecida atribuição dos órgãos e conselhos profissionais), **será mantido no local da obra** para realizar, pessoal e diretamente, a supervisão dos serviços objeto desta licitação (artigo 30, parágrafo 10, da Lei Federal n.º 8.666/1993);
 - a) no termo de compromisso deverão constar o nome, a qualificação e a função que o indicado irá realizar (se responsável técnico ou se engenheiro residente ou se o mesmo profissional executará ambas as funções – responsável técnico e engenheiro residente).
- Deverá apresentar **declaração**, sob as penas cabíveis, relacionando e qualificando cada um dos membros da equipe técnica, alocada para a execução dos serviços objeto desta licitação, conforme artigo 30, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993, composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:
 - a) Responsável técnico (nome e qualificação);
 - b) Engenheiro residente de obra (informar nome e qualificação; podendo ser engenheiro civil ou outro profissional habilitado e de reconhecida atribuição dos órgãos e conselhos profissionais);
 - c) Encarregado geral (nome e qualificação);
 - d) Responsável Técnico pelos serviços de Topografia, conforme decisão Normativa nº. 047/92/CONFEA e alterações (nome e qualificação);

Observações:

1. o profissional indicado como Responsável Técnico pela obra deverá ser o profissional detentor do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnico, podendo ser, também, o Engenheiro Residente; no entanto, essa informação deverá estar clara na declaração;
2. todos os profissionais indicados na declaração deverão comprovar vínculo empregatício com a proponente vencedora, no momento da assinatura do contrato;
3. a comprovação de experiência do engenheiro residente, se este não for o mesmo profissional detentor do atestado de capacidade técnico-profissional, dar-se-á mediante a apresentação de acervo técnico, emitido pela entidade profissional competente, onde conste que foi responsável técnico ou corresponsável pela execução de obra ou serviço de características semelhantes às do objeto licitado, no momento da assinatura do contrato.

- Deverá apresentar **declaração**, sob as penas da lei, que a Proponente dispõe de equipamentos e máquinas necessários para a execução dos serviços, contendo, **no mínimo**:
 - 02 (duas) retroescavadeira de pneus;
 - 01 (uma) escavadeira hidráulica sob esteiras, peso mínimo 20 toneladas;
 - 02 (dois) caminhões basculantes capacidade mínima de 5 m³;
 - 01 (um) caminhão carroceria madeira, provido de guincho “munck” capacidade mínima 5 toneladas;
 - 01 (um) compressor de ar (com 02 marteleiros pneumáticos);

Para a assinatura do Contrato, em atendimento ao estabelecido no item anterior Declarações referentes à qualificação profissional, a proponente vencedora deverá apresentar qualquer um dos seguintes documentos, em cópia autenticada:

- Ato Constitutivo e/ou Contrato Social Registrado, quando o profissional for sócio da empresa;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ficha funcional;
- Contrato de Prestação de Serviços, devidamente assinado pelo responsável técnico e pelo responsável legal da proponente.

A licitante vencedora não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo casos de força maior, e mediante prévia concordância do SAMAE, apresentando para tal fim, o acervo técnico do novo profissional a ser incluído na equipe técnica, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

A licitante vencedora deverá providenciar máquinas, equipamentos e mão-de-obra compatíveis com a obra contratada. Não obstante está subentendido que a CONTRATADA terá que complementar a relação de equipamentos e equipe técnica mínima prevista, com todo e qualquer pessoal, máquinas e equipamentos necessários para o perfeito desempenho das suas atividades na execução das obras, de acordo com o cronograma apresentado.

Declaração Especial

A proponente deverá apresentar declaração especial, assinada pelo seu responsável legal, de que:

- a) Recebeu e estudou detalhadamente todos os projetos, memoriais e demais documentos integrantes do edital, que conhece os serviços a executar, objeto da presente licitação, e que todas as informações que julga necessárias para a perfeita elaboração da sua proposta foram fornecidas pelo SAMAE, não sendo esses itens passíveis de questionamentos e reivindicações posteriores à apresentação da proposta;
- b) Na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados do SAMAE;
- c) Os profissionais vinculados a Proponente não participaram e não possuem responsabilidade pela elaboração dos projetos;
- d) Os preços unitários ofertados incluem todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, inclusive das despesas com materiais e/ou equipamentos, ferramentas, fretes, transportes, carga, descarga, armazenagem, vigilância, logística, manutenção, conservação,

instalação, supervisão, gerenciamento, operação, processamento, tratamento, combustíveis, ARTs, todo o controle tecnológico dos materiais e dos serviços exigidos pelas normas da ABNT, emissão de laudos, certificação, comissionamento, plotagens e impressões, despesas junto à concessionárias públicas (água, energia, gás, telefone, esgoto), mão de obra especializada ou não, seguros em geral, garantias, encargos financeiros, riscos, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da Infortunistica do Trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de tributos, taxas, emolumentos, multas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como o seu lucro, conforme especificações constantes do Edital, sem que caiba, em qualquer caso, qualquer tipo de pleito ao contratante com a alegação de que alguma parcela do custo foi omitida.

- e) Tem ciência de que todos os serviços necessários à completa execução do empreendimento, ainda que omitidos ou subestimados na planilha orçamentária, deverão ser realizados, sem que tenha direito a alteração do valor contratado.
- f) Os serviços que não constaram da planilha orçamentária da obra foram incluídos como custos ou despesas indiretas na taxa de BDI apresentada.

10. FISCALIZAÇÃO

A FISCALIZAÇÃO dos serviços contratados será efetuada por técnicos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, que deverão dispor de amplo acesso às informações, obra e serviços que julgarem necessários, dentro do escopo do objeto.

A CONTRATADA se obrigará a chamar a FISCALIZAÇÃO com antecedência razoável sempre que houver necessidade. Quando a CONTRATADA, ou seu representante, não estiver presente em determinado setor de trabalho onde sejam necessárias instruções, estas serão dadas pela FISCALIZAÇÃO e deverão ser recebidas e acatadas pelo capataz ou pela pessoa eventualmente encarregada do serviço em questão.

São competência e responsabilidade da FISCALIZAÇÃO:

- a) Fazer visitas necessárias de inspeção à obra, verificando se está sendo construída de acordo com os projetos, especificações e cronogramas;
- b) Atender os chamados do empreiteiro para esclarecimentos e decidir os casos omissos nas especificações ou projetos;
- c) Acompanhar, analisar e liberar as medições e faturas dos serviços mensais, em conjunto com a CONTRATADA.

Para a referida obra, os servidores responsáveis pela Fiscalização serão designados através de documento específica anexo.

11. SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA poderá subcontratar somente os seguintes serviços:

Detonação de rocha com o uso de explosivos;

Antes do início das atividades, a CONTRATADA deverá indicar por escrito a empresa subcontratada, devendo ser apresentados à FISCALIZAÇÃO os seguintes documentos:

- Declaração da empresa subcontratada comprometendo-se a executar os serviços conforme o projeto, especificações técnicas e demais partes integrantes do processo licitatório;
- Certificado de Registro do Exército, para utilização de explosivos e acessórios de uso civil para serviços de desmonte de rocha;
- Quanto ao transporte dos explosivos, o motorista do veículo deverá possuir habilitação para movimentação ou transporte de produtos ou cargas perigosas (explosivos para detonação); devendo ser apresentada a carteira nacional de habilitação e o certificado de conclusão de curso de movimentação e transporte de cargas perigosas;
- Deverá apresentar o profissional Blaster de 1.ª categoria e apresentar a referida Carta;
- Deverá apresentar Autorização para a Prestação de Serviços de Detonação, expedida pelo Exército;
- Deve apresentar alvará para Transporte de Explosivos e seus Acessórios, expedido pela Polícia Civil do RS;

Recomposição de pavimento;

Antes do início das atividades, a CONTRATADA deverá indicar por escrito a empresa subcontratada, devendo ser apresentados à FISCALIZAÇÃO o seguinte documento:

- Declaração da empresa subcontratada comprometendo-se a executar os serviços conforme o projeto, especificações técnicas e demais partes integrantes do processo licitatório;

12. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

Respeitando o critério de aceitabilidade dos preços das propostas e, para efeito de classificação e em cumprimento ao artigo 40, inciso X, da Lei Federal n.º 8.666/1993, o preço máximo total a ser pago para a execução da obra será de **R\$ 3.019.712,28** (três milhões dezanove mil setecentos e doze reais e vinte oito centavos), observado o disposto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

Serão desclassificadas as propostas com valores Superiores ao Valor Total e/ou Valores Unitários Superiores aos estabelecidos no Orçamento Estimado pelo SAMAE.

13. CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Após a conclusão dos serviços a proponente vencedora deverá oficializar ao SAMAE o encerramento da obra; o SAMAE fará suas considerações e relatórios de pendências, se for o caso, sendo obrigação da proponente vencedora a execução dos serviços faltantes para a emissão do Termo de Recebimento Provisório – TRP da obra.



Essa comunicação escrita, efetuada pela proponente vencedora, deverá ocorrer somente após o atendimento de todas as exigências contratuais e a respectiva aprovação pela Fiscalização.

O SAMAE fornecerá à proponente vencedora o Termo de Recebimento Provisório – TRP para o encerramento da inscrição perante o Cadastro Nacional de Obras – CNO, junto à Receita Federal.

O Recebimento Provisório será realizado pelo Engenheiro Fiscal do SAMAE, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, mediante termo circunstanciado que deverá ser assinado pelo fiscal do SAMAE e pelo Engenheiro Responsável Técnico pela obra, em até 15 (quinze) da comunicação escrita da proponente vencedora.

Para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA, deverá protocolar requerimento específico, anexando documento de comprovação de baixa da CNO, sendo o TRD documento necessário para o pagamento da última fatura, correspondente à última medição.

O Recebimento Definitivo será realizado por Comissão designada especialmente para esta finalidade, mediante termo circunstanciado, que deverá ser assinado por esta Comissão e pela proponente vencedora, após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

Fica a CONTRATADA obrigada a manter, por conta e risco, os serviços em perfeitas condições pelo período de noventa (90) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório e, somente após este prazo, será providenciado pela CONTRATANTE o Termo de Recebimento Definitivo.

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO/ORDEN DE INÍCIO

O presente contrato vigorará por um período de 480 (quatrocentos e oitenta) dias corridos, a contar da emissão do Ordem de Início dos Serviços, que ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a publicação do Instrumento Contratual, podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666/1993, ou alterado, fundamentado no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

Caxias do Sul, março de 2021.

André Krumenauer Silva
Engenheiro Civil – DPI

Leonério de Castilhos
Gerente de Obras - DPI

Gilberto Meletti
Diretor-Presidente do SAMAE